

PROGRAMA DE GOVERNO

# A BAHIA DE MÃOS DADAS COM O BRASIL

2023 • 2026

Salvador, julho de 2022

**INTRODUÇÃO**

**1 SAÚDE**

**2 EDUCAÇÃO**

**3 SEGURANÇA PÚBLICA**

**4 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

**5 INFRAESTRUTURA**

**6 AGROPECUÁRIA**

**7 INDÚSTRIA**

**8 TURISMO**

**9 CULTURA**

**10 CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

**11 GESTÃO E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS**

**12 SERVIÇOS**

**13 PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA – AUXÍLIO BAHIA**

## APRESENTAÇÃO

A Bahia vem sofrendo nas últimas décadas um processo de deterioração e perda do protagonismo na região Nordeste e no Brasil em função de vários fatores, dentre os quais, a má gestão, corrupção e a falta de fomento ao empreendedorismo.

A consequência dessa combinação nefasta é a perda de esperança da população, que se vê abandonada à própria sorte e volta a migrar para outras regiões do Brasil em busca de emprego e de um cenário mais alentador.

A Bahia, que antes era um estado imponente e de grande destaque no cenário nacional, com seus 564.760,429 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 15 milhões de habitantes, tem hoje pouca relevância para o país, tendo o seu Produto Interno Bruto (PIB) sido ultrapassado por estados menores como Santa Catarina, por exemplo.

Dentro da própria região nordestina, a Bahia, inacreditavelmente, vem perdendo posições para outros estados, como Ceará e Pernambuco no que tange ao desenvolvimento humano e à renda do cidadão.

As grandes empresas perderam interesse em investir na Bahia em função da péssima infraestrutura e da pesadacarga tributária. O turismo padece da sua pior crise, as lavouras definham (com raras exceções) e o “**CUSTO BAHIA**” aumenta em velocidade assustadora em função da burocracia, exacerbada taxaço, logística precária, pouca oferta de água e energia, falta de apoio ao pequeno produtor, bem como falta de segurança jurídica, pessoal e patrimonial.

O cidadão baiano, independentemente de sua região, situação econômica ou nível social, vem sofrendo diuturnamente. A qualidade de vida de todos os baianos ruiu. A saúde é um caos, o ensino público está sucateado, a segurança pública é inexistente e o custo de vida só aumenta.

### **ECONOMIA**

A Economia baiana desabou. O PIB atual é de R\$ 293.241,00, representando 4% do PIB do Brasil, deixando a Bahia em 7º lugar do país, tal como demonstrado abaixo.

| <b>Posição</b> | <b>Estado</b>     | <b>PIB 2019<br/>(1.000.000,00 R\$)</b> |
|----------------|-------------------|--|
| 1º             | São Paulo         | 2.348.338                              |
| 2º             | Rio de Janeiro    | 779.928                                |
| 3º             | Minas Gerais      | 651.873                                |
| 4º             | Rio Grande do Sul | 482.464                                |
| 5º             | Paraná            | 466.377                                |
| 6º             | Santa Catarina    | 323.264                                |
| 7º             | Bahia             | 293.241                                |

A Bahia é o estado que tem mais famílias no programa do Auxílio Brasil: são 2.259.173 pessoas beneficiadas, representando 5,8% da população brasileira.

| <b>Posição</b> | <b>Estado</b> | <b>Nº Famílias (em</b> |
|----------------|---------------|------------------------|
|----------------|---------------|------------------------|

|    |              | milhões) |
|----|--------------|----------|
| 1º | BAHIA        | 2,26     |
| 2º | SÃO PAULO    | 2,18     |
| 3º | PERNAMBUCO   | 1,44     |
| 4º | MINAS GERAIS | 1,41     |
| 5º | CEARÁ        | 1,31     |

Segundo o IBGE, no ano de 2021 a Bahia teve a 22ª renda *per capita* Brasil, correspondente a R\$ 843,00, demonstrando uma colossal desigualdade, ainda mais considerando que o estado é detentor do 7º PIB do país.

Nos últimos anos dezenas de empresas deixaram a Bahia. Postos de emprego foram ceifados, fazendo-se muito pouco ou quase nada para atrair novos investimentos, bem como garantir a permanência daqueles que já empreendiam no estado.

No último ranking de competitividade, divulgado em São Paulo pelo Centro de Liderança Pública, a Bahia ocupou a décimooitava colocação, ficando atrás de estados do Nordeste, como Ceará (12ª), Alagoas (13ª), Paraíba (14ª) e Pernambuco (15ª).

## **EDUCAÇÃO**

Na Educação, os indicadores são assustadores. Um estudo divulgado pelo IBGE revelou que a Bahia tem o maior número de analfabetos do País.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC), mais de 1,5 milhão de pessoas com 15 anos ou mais não sabiam ler nem escrever um simples bilhete, parcela que corresponde a 13% da população do estado.

No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), a Bahia amarga a última colocação, dividindo-a com o Amapá, Pará e Rio Grande do Norte. Nos anos finais do ensino fundamental, a Bahia ocupa o penúltimo lugar no ranking, ao lado de Sergipe, Rio Grande do Norte e Pará. A avaliação (4,1) está abaixo do planejamento estadual, de 4,5.

O tripé “Escola, Professores e Família” está cada vez mais esgaçado. Os professores encontram-se desmotivados, mal remunerados e, conseqüentemente, mal avaliados.

Os alunos, sem incentivo, motivação, sem condições de apreensão dos conteúdos e muito menos de assimilação sobre a real importância da escola como o vetor de crescimento.

Por último, mas não menos importante, as famílias encontram-se em absoluto distanciamento e completamente alheias às escolas, quebrando-se o elo que deveria estar em integral consonância.

O índice de evasão escolar é elevadíssimo e já começa a se apresentar no grupo etário de 11 a 14 anos. Nessa faixa etária, 2 em cada 10 crianças na Bahia (19,9%) já não estão cursando o segundo ciclo do ensino fundamental.

A Bahia jamais será capaz de progredir sem uma força de trabalho qualificada.

Veja o exemplo da tabela abaixo que demonstra o péssimo desempenho das notas dos alunos baianos:

| ESTADOS             | FUND I | FUND II | ENSINO MÉDIO |
|---------------------|--------|---------|--------------|
| ALAGOAS             | 5,6    | 5       | 3,9          |
| BAHIA               | 5,3    | 4       | 3,5          |
| CEARÁ               | 6,4    | 5,4     | 4,4          |
| MARANHÃO            | 5      | 4,2     | 3,8          |
| PARAÍBA             | 5      | 4,3     | 4            |
| PERNAMBUCO          | 5,5    | 4,8     | 4,5          |
| PIAUI               | 5,7    | 4,8     | 4            |
| RIO GRANDE DO NORTE | 5,2    | 4,1     | 3,5          |
| SERGIPE             | 5,1    | 4,1     | 3,5          |

## SAÚDE

A Saúde do Estado da Bahia respira através de aparelhos. Apesar de a máquina de propaganda do governo petista não parar de anunciar construções de prédios, quase nada se vê em melhorias efetivas para o cidadão.

A prestação de um bom serviço de Saúde não se faz entregando “paredes novas” e sim profissionais de saúde motivados, reconhecidos e com estrutura adequada.

As Santas Casas e unidades básicas de saúde foram fechadas. As mães da Bahia têm dificuldade de acesso às maternidades e um

verdadeiro infanticídio silencioso vem ocorrendo no estado. Os índices de mortalidade infantil na Bahia são tão cruéis que são responsáveis por abaixar a média a média nacional.

As cidades do interior estão abandonadas. Pacientes precisam sair de madrugada em carros das prefeituras para serem atendidos pela manhã em Salvador, porquanto não existe uma estrutura mínima para a realização de quaisquer procedimentos médicos, mesmo os de baixa complexidade.

### **SEGURANÇA PÚBLICA**

A Bahia está entregue à bandidagem e ao crime organizado, que aterroriza os cidadãos nas diversas regiões do estado e em todos os níveis.

De roubo de celulares, latrocínios, até a eclosão do chamado “novo cangaço”, crimes cujos bandidos cercam os municípios para explosão de bancos, a violência é cada vez mais crescente, percebida e temida pelos cidadãos baianos.

A criminalidade assola a Bahia, tornando-a um estado nacionalmente reconhecido como extremamente perigoso. Tal situação impacta diretamente na vida de todos, seja na saúde mental dos habitantes, na Economia, no Turismo e no número absurdo de perdas de seres humanos provocadas pelas mortes criminosas que crescem de modo vertiginoso.

Pegar um ônibus para ir trabalhar virou uma aventura. Sair com a família para um restaurante de rua é opção praticamente descartada pelos baianos, ante os corriqueiros “arrastões” que viraram moda no estado.



Policiais mal remunerados, o escandaloso sucateamento da Polícia Civil e uma Polícia Militar mal estruturada são reflexos não apenas de uma gestão incompetente e que não prioriza a Segurança Pública, como também de falta de postura do Governo com essa área.

O maléfico e interconectado ciclo destrutivo que se retroalimenta: **PÉSSIMA EDUCAÇÃO–FALTA DE EMPREGABILIDADE – AUSÊNCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA** precisa ser rompido.

É imperativo que a Bahia tenha um governo de verdadeira revolução, rompendo as amarras do século passado, outorgando relevância e autonomia às cidades do interior, transformando-as em polos regionais, conferindo dignidade ao homem do campo.

É imprescindível que se faça uso da tecnologia para estar em compasso com o mundo moderno e, finalmente, que se tenha criatividade na gestão para investir no nosso Cliente, o cidadão baiano, cada vez mais sofrido e abandonado pelo governo.

É vital para o crescimento do estado que o “**CUSTO BAHIA**” seja reduzido, com soluções para os gargalos de infraestrutura, oferta de água e energia, menos burocracia para as empresas e maior qualificação de mão-de-obra e segurança pública.

O programa de GOVERNO DE JOÃO ROMA propõe essa revolução de gestão e será dividido em três frentes:

- O CIDADÃO, com foco em Educação, Saúde e Segurança
- Geração de trabalho e renda
- Reformas estruturais da gestão pública com a sua modernização

## **1. SAÚDE**

O Governo do estado trabalhará de mãos dadas com os municípios, de forma harmônica e objetiva, desprovido de qualquer interesse que não seja o bem-estar do cidadão.

Políticas de prevenção às doenças e saúde básica serão reforçadas para que simples enfermidades não evoluam, tornando-se mais difícil de serem tratadas e onerando mais o estado.

O atendimento básico e preventivo em todos os municípios será prioridade. Exames periódicos, pré-natal, com metas conjuntas e ênfase para o pós-natal e primeira infância serão implementados.

As sedes das 31 regiões administrativas serão equipadas e capacitadas para exames laboratoriais, serviços de imagem, consulta em todas as especialidades, sejam presenciais ou por telemedicina.

Essas propostas conferirão autonomia às unidades de saúde municipais para atendimentos básicos e procedimentos de média complexidade, evitando, assim, deslocamento dos cidadãos para a capital. A população baiana será atendida de forma mais célere e próximo de onde reside.

Assim, é urgente implementar-se estratégias, metas efetivas e ousadas para o estado e municípios, com a finalidade de que os índices da Saúde Pública do Estado da Bahia estejam entre os cinco primeiros do país. Esta é a meta da gestão de JOÃO ROMA para o Governo da Bahia na área da Saúde.

### **AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS**

1. O Governo formatará o Programa **MÉDICOS PELA BAHIA**, a exemplo do programa do governo federal. Este programa deverá ser implantado já nos primeiros 100 dias de governo e estará fundamentado em três pilares: segurança jurídica para os médicos, plano de cargos e salários dignos e estrutura para o adequado funcionamento da saúde.

De nada adianta construir estruturas físicas e chamá-las de hospitais sem garantir as condições de trabalho para médicos especialistas no interior da Bahia.

A Bahia possui mão de obra qualificada no setor de Saúde. Por isso, criar-se-á condições para que o médico especialista tenha interesse em morar, criar raízes e construir sua carreira no interior.

Não é verdade, como afirma o governo petista, que faltam médicos especialistas no estado da Bahia. O que faltam são políticas públicas sérias na área de saúde que possam atrair esses profissionais para as diversas regiões do estado.

Atualmente, o que se percebe são contratações com baixos salários, visando a burla à legislação trabalhista através do fenômeno da “pejotização”.

Por outro lado, os serviços de saúde são geridos, em sua maioria, por Organizações Sociais (OS) ou prefeituras, sem oferta de quaisquer benefícios aos profissionais da saúde.

Só como exemplo, na carreira da magistratura há uma progressão financeira e estrutural, podendo o Magistrado chegar, ao final de sua carreira, à capital. Para os médicos, não ocorre desta forma, não existindo

a possibilidade de progressão na sua esfera profissional. Tal fenômeno é causa do desinteresse do profissional de saúde em se fixar nos interiores.

Visando sanar tal dificuldade, o Governo Federal instituiu o programa Médicos Pelo Brasil, que realiza contratações pelo regime da CLT, oferecendo uma expectativa de progressão na carreira, com ênfase na medicina de família e comunidade, através da Atenção Primária Saúde (APS) no SUS.

A ideia é que o Programa Médicos pela Bahia seja um programa semelhante, levando médicos especialistas ao interior, sendo uma complementação do programa federal, que demonstra sua eficácia.

A viabilização do Programa Médicos Pela Bahia dar-se-á após ampla discussão com a classe médica, para que se defina plano de carreira, remuneração, forma de pagamento e condições de trabalho.

Outras ações emergenciais dos primeiros 100 dias de governo serão:

2. **Zerar a fila de espera** para consultas especializadas e marcação de cirurgias eletivas.
3. Redefinição e estruturação das **unidades básicas de saúde** em conjunto com todos os municípios e entidades médicas, para medicina preventiva, atendimentos básicos, disponibilização de ambulâncias aos centros mais desenvolvidos, quando necessário.
4. **Estruturação do atendimento pelo SUS** das consultas e procedimentos de média complexidade em todos os municípios.

Devido à grande extensão territorial da Bahia, cada uma das 31 regiões administrativas será dotada de profissionais de saúde, instalações e

equipamentos para que o baiano possa ser atendido em casos de até média complexidade e no tempo que atenda às necessidades do paciente. A administração pública tem a obrigação de diminuir os deslocamentos de pacientes e o tempo de espera por consultas, exames e procedimentos.

5. O governo implantará um sistema de saúde efetivo e de qualidade, respeitando o cidadão e suas necessidades. Assim, serão firmadas **parcerias com associações de profissionais e gestores, hospitais públicos, privados, filantrópicos e municipais.**

Essas parcerias ocorrerão nos moldes a seguir expostos:

**Para consultas especializadas:** no máximo 20 dias de espera, com destaque para as áreas médicas de Cardiologia, Pneumologia, Otorrinolaringologia, Neurologia, Endocrinologia, Urologia, Reumatologia, Oftalmologia e Dermatologia.

**Para exames laboratoriais:** atendimento imediato e contínuo.

**Para exames especializados:** 40 dias de espera, no máximo, com destaque para as áreas de imagem como ultrassonografia geral e obstétrica, tomografia computadorizada, mamografia, raios X com contraste, ressonância nuclear magnética, eletroencefalograma, ecocardiograma, endoscopia digestiva, broncoscopia e biópsias ecoguiadas por imagem.

**Para cirurgias eletivas:** em até 90 dias, para as áreas de intervenção médica de cirurgia geral, urológica e ginecológica de média complexidade, sem exclusão de outras áreas.

**Para diagnóstico e início do tratamento do câncer:** com espera máxima de 60 dias, conforme previsto na Lei Federal 12.732/2012.

#### **6. Interiorização dos atendimentos de Alta Complexidade:**

Outra importante ação é a descentralização dos atendimentos de alta complexidade. Para isso, serão criadas estruturas completas em cidades com localização estratégica, a exemplo de Feira de Santana, Alagoinhas, Serrinha, Vitória da Conquista, Juazeiro, Itabuna, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Irecê, Bom Jesus da Lapa, entre outras.

As regiões serão autossuficientes, aliviando a sobrecarga da rede hospitalar de Salvador, sem prejuízo de quaisquer outras medidas que se façam necessárias.

#### **7. Acompanhamento do Pré-Natal, adequação das Maternidades e Primeira Infância.**

Indicadores do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia apontam a Bahia como o 6º estado com maior taxa de mortalidade fetal e infantil em 2020, ficando atrás apenas do Amapá, Acre, Pará, Roraima e Sergipe.

Enquanto a média nacional de mortalidade fetal e infantil foi de 11,5 para cada mil nascidos vivos, a Bahia apresenta o número de 14,3. Isso significa que o nosso estado influencia diretamente para a piora da média nacional.

Por outro lado, a maioria da mortalidade em menores de 5 anos é de casos evitáveis, correspondendo a 63,6% dos óbitos dessa faixa etária no ano de 2020, **sendo imperiosa a adoção de medidas profiláticas.**

São múltiplas as causas para esse cenário negativo. A ausência de um pré-natal qualificado, deficiências da estruturação do serviço público de saúde e até carência de novos médicos e especialistas.

A ausência de um pré-natal adequado, por exemplo, agrega uma carga de responsabilidade indevida no obstetra, porque o profissional precisa resolver, no parto, um problema que poderia ter sido solucionado previamente.

O governo fornecerá condições estruturais para que as gestantes tenham acesso ao pré-natal satisfatório.

Maternidades públicas seguem com superlotação em toda a Bahia, sendo corriqueiro no interior do estado apenas um médico por unidade, responsáveis por receberem parturientes e atenderem os demais casos clínicos.

O governo ampliará a rede de maternidades públicas estaduais.

**8. Implantação de acompanhamento médico nas escolas para os alunos da rede pública,** municipal e estadual, com exames médicos e odontológicos periodicamente.

**9. Redefinição do trabalho conjunto com as Santas Casas e Hospitais Filantrópicos.**

**10. Uso da tecnologia.**

O Estado precisa revolucionar o sistema da saúde. A regulação existente será aperfeiçoada para melhor servir à população. Todas as unidades de

saúde estarão interligadas, evitando, assim, espera ou deslocamentos desnecessários.

Criação de um aplicativo para marcação de consultas, exames e acompanhamento da fila de regulação em cada região administrativa.

Avaliação pelo paciente, através de aplicativo, da qualidade do serviço prestado, no que diz respeito aos profissionais, estrutura e equipamentos, funcionando como uma Ouvidoria.

A Telemedicina será uma realidade. A pandemia mostrou que essa modalidade é possível, viável e eficaz.

**11. Auditoria de todos os contratos das OS para a gestão de hospitais.**

**12. Determinação para as OS efetivarem o pagamento dos profissionais de saúde no prazo máximo de 48h após o recebimento de suas faturas.**

**13. Reestruturação do PLANSESV:**

- Revisão do contrato da empresa administradora
- Ampliação da rede de atendimentos, com o credenciamento de médicos de todas as especialidades
- Atualização da tabela de pagamento

Muitos serviços deixaram de ser realizados no Planserv. Embora os reajustes frequentes sejam repassados aos associados, o servidor do estado vem sofrendo com o péssimo atendimento, já que muitos procedimentos médicos deixam de ser oferecidos devido ao desc credenciamento dos médicos especialistas, que não vêm recebendo a remuneração adequada.



No último dia 14 de junho, cirurgiões torácicos e cardiovasculares anunciaram que deixarão de realizar cirurgias pelo Planserv.

## **2. EDUCAÇÃO**

Sabe-se que a educação é transformadora, fundamental para mudar o futuro de qualquer sociedade. Sem educação, o povo está condenado ao atraso.

Entretanto, na Bahia, a educação não é tratada como deve. Os resultados estão muito aquém do potencial do estado. Os jovens têm imensas dificuldades para ocupar boas posições no mercado de trabalho, tendo as suas conquistas cerceadas pela ausência de uma educação de qualidade.

O contexto atual da educação baiana é de retrocesso educacional. Os gastos com educação são elevados e representam a maior parcela do orçamento público dos municípios.

Ofoco na educação básica é fundamental e o estado será o catalizador desta mudança. A Educação da Bahia será prioridade em todos os níveis, não apenas no ensino médio.

A Secretaria de Educação coordenará a gestão junto aos conselhos de educação, municípios, universidades e rede privada. Esta integração elevará os níveis educacionais atuais, onde o foco, hoje, é político e de propaganda.

Além da falta de qualidade, acarretando em evasão elevada, a alta distorção idade-série e notas baixas no IDEB formam jovens despreparados para o mercado de trabalho.

Angariando recordes de analfabetismo funcional, o estado não oferece condições de que os jovens que iniciam a vida profissional sejam capazes

de compreender os desafios da modernidade, condenando-os a ocupar funções pouco qualificadas e com baixa remuneração.

A Bahia é grandiosa e não é problema para o Brasil. A Bahia é solução para o Brasil.

Empreender-se-á grandes esforços com inteligência, competência e integração de toda a sociedade, no sentido de fazer a educação da Bahia um exemplo para o Brasil.

Será fomentada uma educação moderna, valorizando as tradições, cultura e potencial humano, com a necessária inovação das práticas pedagógicas, criando alicerces para o futuro.

Serão formadas as lideranças desse novo tempo, com oportunidades concretas e perspectiva tangível de transformação.

A Bahia possui imenso potencial em diversas áreas, principalmente considerando a própria população.

A educação conduzirá o horizonte para alteração do cenário atual. Priorizando a educação, as famílias serão beneficiadas com um promissor futuro para os seus filhos.

Toda sociedade prospera com cidadãos mais qualificados e preparados desde a primeira infância e a educação é a mola mestra para essa transformação.

## **1. Qualificação da infraestrutura e do ambiente escolar**

Fazer acontecer uma educação de qualidade incontestável começa com a casa organizada.

Arrumar e organizar “a casa” é o primeiro passo para melhorar a educação. Essa tarefa também é de responsabilidade do Governo, aliando-se a toda comunidade escolar.

Disponibilizar espaços de aprendizagem adequados é fundamental para os estudantes e professores exercerem os seus papéis com dignidade e adesão.

Os projetos físicos das escolas e de espaços de aprendizagem serão modernizados, com a sustentabilidade nas instalações, otimização dos custos e boas práticas de uso dos recursos.

Serão estimuladas as unidades da rede estadual e municipal, com oferta de cursos técnicos e criação de universidades, promovendo identidade própria, com a alegria e a força do povo baiano.

Será viabilizada a integração aos programas federais de qualificação da infraestrutura escolar, que vem implantando bibliotecas, laboratórios, espaços multiusos e quadras esportivas.

A rede da educação de toda a Bahia terá livre acesso a esses equipamentos, aliando recursos para a melhoria das condições do ambiente escolar, ampliando as oportunidades para os estudantes durante sua formação.

Será implantado um **Programa de Valorização do Ambiente Escolar**, contemplando um **Plano de Melhorias da Infraestrutura Escolar** e um

**Projeto de Manutenção Participativa**, com a realização de mutirões para organização das escolas, com a participação dos estudantes, pais, professores e servidores.

O acesso à tecnologia é um dos pontos mais importantes a ser valorizado. Dentro dessa infraestrutura, destaca-se a disponibilização de Banda Larga nas escolas, permitindo o uso de sistemas, equipamentos e utilizações avanços tecnológicos para o ensino e aprendizagem. Possibilitar-se-á, ainda, o controle de frequência, o uso de câmeras com monitoramento, todas as ferramentas para aprimorar o ensino e a promoção do desenvolvimento socioeducativo com a velocidade que o mundo moderno exige.

Outro ponto de honra da gestão será trabalhar, com as forças policiais e com as comunidades, pela segurança das crianças e jovens baianos.

Não é admissível que as crianças corram quaisquer riscos quando estão estudando. O Projeto conjunto com a área de segurança será definido e implantado, conferindo maior tranquilidade às famílias.

## **2. Valorização dos Professores e dos Servidores da Educação**

A educação de qualidade é feita principalmente pelos professores e servidores desta área. Há avanços significativos nos planos de cargos, carreiras e remuneração dos profissionais de educação, mas os desafios para a melhoria dos resultados da educação estão postos e precisam ser enfrentados.

Todos os professores e coordenadores pedagógicos, sejam servidores públicos ou terceirizados, estarão em permanente processo de

qualificação, apreendendo conhecimentos contextualizados e interdisciplinares, ofertando-os aos alunos e à comunidade escolar.

A qualificação técnica, operacional e gerencial deve acontecer durante toda a carreira, com exigência de aplicação em sala de aula e nas escolas. O Instituto Anísio Teixeira, centro de formação de professores, terá projeto de excelência visando o seu fortalecimento, utilizando as tecnologias de informação e comunicação para a formação presencial e à distância.

O governo promoverá o avanço com a inovação no ensino infantil, na alfabetização, na educação de jovens e adultos, na estruturação de conteúdos pedagógicos com a cara da Bahia, valorizando a educação integral, a indígena, a educação na área rural e a educação inclusiva.

As novas tecnologias serão mediadoras de um ensino dinâmico e moderno. A avaliação docente será prioridade. Elaborar-se-á um **plano de requalificação e aprimoramento dos profissionais de educação** e implementação do ensino em tempo integral.

Haverá prioridade na capacitação dos docentes para a efetivação do novo ensino médio. Essa medida representará um salto qualitativo na formação dos jovens baianos.

A inserção dos jovens no mercado competitivo global depende do desenvolvimento de competências durante todo período de formação, do ensino infantil até o ensino superior.

Esse desenvolvimento tem relação direta com a valorização, competência e qualificação dos professores e servidores da educação. Implementar-se-

ão programas motivacionais voltado aos professores, para que eles sejam os maiores entusiastas e protagonistas da transformação da educação na Bahia.

### **3. Aprimorar o Sistema Estadual de Gestão da Educação**

A utilização de recursos bilionários em propaganda faz parecer que a educação da Bahia caminha a passos largos. Todavia, por traz das produções publicitárias, a realidade é bem diferente.

O fato é que, há ausência de diretrizes gerais e de mecanismos de avaliação do sistema, que é um problema de gestão, com falta de prioridade para Educação. Existe, sim, muita política e pouca competência dos governos anteriores e atual.

Os nomes e slogan podem soar atrativos, mas os números não mentem.

As notas no IDEB 2019 (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da rede pública de ensino, seja nos anos iniciais (4,9), seja nos anos finais do ensino fundamental (3,8), colocam a Bahia na 22ª e 24ª posição, respectivamente, no ranking nacional de ensino.

A Secretaria de Educação tem baixa articulação com os municípios e as redes privadas de ensino.

A educação infantil e fundamental são administradas pelos municípios. Os estudantes do ensino fundamentalestão chegando ao ensino médiocom enormes deficiências de aprendizagem, elevadas distorções entre idade e série/ano letivo, sobretudo quando comparados com a média nacional.

Não se pode deixar de mencionar a elevada evasão escolar dos alunos antes de concluir a formação.

A conclusão do processo de municipalização do ensino fundamental é necessária e urgente.

O Estado da Bahia, no Governo João Roma, assumirá o protagonismo desse desafio, coordenando as **ações integradas** aos municípios e demais parceiros estratégicos, resolvendo a questão de forma definitiva.

O apoio às escolas para aperfeiçoarem seus processos de gestão é prioridade, assim como a articulação e integração do progresso em todas regiões da Bahia.

As universidades estaduais e federais, bem como as instituições científicas e tecnológicas, a exemplo do Sistema S, também serão mobilizadas nesse esforço conjunto de colaboração.

O excesso de iniciativas e de logomarcas de programas será substituído pela seriedade no trato do tema, com inovação na gestão, fazendo mais com menos, concentrando no que é mais relevante e buscando resultados sustentáveis e prósperos.

A avaliação dos resultados será constante e indispensável por ser ferramenta eficaz para correção de rumos, melhorias e de avanços.

Será implantado um **Centro de Gestão Avaliação e Monitoramento de Dados e Indicadores Educacionais**, contemplando o **Sistema Estadual de Avaliação Anual** para o final de cada etapa/ciclo da Educação Básica.



Haverá a formação de técnicos em elaboração, pesquisa e análise de dados nas Secretarias de Educação aliado a um sistema de gestão de informações e evidências de indicadores de resultados.

#### **4. Concentração da ação educacional na melhoria da aprendizagem**

Pesquisas do INEP informam um número expressivo de matrícula de jovens em idade próxima à iniciação ao mercado de trabalho. Eles representam força produtiva para a sociedade baiana. Com os avanços na educação, será viabilizado aos jovens a inserção qualificada no mercado de trabalho, transformando-os em vetores do desenvolvimento da Bahia.

Todos os esforços na área de educação convergirão para a melhoria da aprendizagem.

Boas estruturas, ambientes saudáveis, professores capacitados e motivados, gestão competente, comunidade colaborativa e, com isso, **a aferição periódica dos resultados** são os pilares que ditarão os rumos do desenvolvimento socioeducacional na Bahia.

A **erradicação do analfabetismo** será a palavra de ordem, com o uso de metodologias e ferramentas já testadas e aprovadas no Brasil, cujos resultados são excepcionais e merecem replicação na Bahia.

No modelo brasileiro de acesso ao ensino superior, o ENEM possui relevância destacada e será foco no ensino médio, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular. Será estimulada a iniciação científica e tecnológica dos estudantes do Ensino Médio, abrindo potenciais carreiras na área acadêmica.

O acesso ao mercado de trabalho também será facilitado de acordo com as possibilidades. O desenvolvimento de educação com foco em empreendedorismo e valorização do progresso socioemocional também abre portas para geração de trabalho e renda diferenciados.

Os programas de fardamento, alimentação, transporte e os auxílios de permanência serão aperfeiçoados para uma utilização mais eficaz dos recursos públicos.

O suporte aos municípios, responsáveis pelo ensino infantil e fundamental, terá interligação com o desenvolvimento do ensino médio. Assim, os estudantes desenvolverão conhecimentos, habilidades e atitudes durante toda a vida escolar, chegando ao ensino médio em condições de aprender e progredir na vida produtiva e pessoal.

Um dos modelos a serem desenvolvidos é o do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares, iniciativa do Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Defesa, que apresenta um conceito de gestão nas áreas educacional, didático-pedagógica e administrativa com a participação do corpo docente da escola e apoio dos militares.

**Criar novas escolas cívico-militares na Bahia** dará aos jovens e às famílias a formação diferenciada ofertada por essas instituições.

Será dada especial atenção ao **acompanhamento social e psicológico dos estudantes nas escolas, visando prevenir e identificar abusos domésticos e envolvimento com drogas**. O ambiente da escola e os profissionais de educação serão um canal para redução de danos, riscos e violência contra os estudantes.

**O trajeto casa – escola – casa será facilitado aos estudantes.**

Em conjunto com as prefeituras, nenhum estudante gastará mais de 45 minutos nesse trajeto, minimizando, assim, riscos nas ruas e garantindo facilidade ao local de estudo.

**O uso de tablets como ferramenta tecnológica de aprendizagem** será implementado, com acesso à internet, videoaulas e lista de exercícios disponíveis na rede, ampliando o esforço de acesso à formação mais atraente para os jovens.

**5. Desenvolvimento da Educação Técnica, Superior e Profissional**

Pensar uma sociedade que busca aprender e se capacitar para construir um lugar melhor, mais seguro e próspero para as famílias é um desafio de toda a sociedade.

O ensino técnico, profissional e superior carece de atenção e cuidado na Bahia.

Ao contrário do cenário atual, as universidades estaduais não ficarão abandonadas, sendo parte integrante na valorização da educação da Bahia, nos diversos níveis, contribuindo com seus docentes, estruturas e estudantes no desenvolvimento educacional da Bahia, através do ensino, da pesquisa e da extensão.

Será estabelecido parceria com o Sistema FIEB e outras instituições, visando a criação de **Instituto de Formação em Atuação Profissional**, que realizará a curadoria de materiais didáticos, avaliação e definição de novas tecnologias, equipamentos, laboratórios, qualificando professores para

áreas específicas, a exemplo do que acontece no IAT – Instituto Anísio Teixeira, para a educação básica.

O desafio do financiamento será enfrentado, buscando parcerias com o setor privado e o uso dos recursos/projetos do Governo Federal.

Será ampliado o esforço e orçamento público na área da educação básica, buscando o atendimento do Plano Estadual de Educação, em especial a meta 20, que prevê o investimento de 7% do PIB em educação e suas estratégias.

O nível de comprometimento do orçamento estadual com a educação básica e mesmo do ensino fundamental e médio, será reforçado e melhor aplicado.

O sistema de radiodifusão público será aprimorado, o que, certamente, atuará como elemento importante de melhoria educacional.

### **3. SEGURANÇA PÚBLICA**

A situação da Segurança Pública no Estado da Bahia chegou a níveis insuportáveis e o governo, mais do que se mostrar despreparado para gerir esse caos, demonstra pouco interesse em resolver essa situação.

Todos os cidadãos e propriedades são hoje vítimas de bandidos, que vêm atuando livremente, roubando celulares, assaltando estabelecimentos comerciais, roubando cargas, gado, fertilizantes ou até mesmo propagando o “novo cangaço”, aterrorizando cidades com explosão de agências bancárias.

O Governo despreza a inteligência das polícias e não combate a criminalidade, obtendo o resultado do protagonismo da Bahia em homicídios, ocupando o primeiro lugar nesse ranking.

Verificando-se os dados de violência no Estado em 2022, é possível constatar que as políticas para a Segurança Pública foram ineficazes na tentativa de combater a criminalidade.

Hoje, há um poder paralelo do crime organizado atuando em todos os municípios. Um verdadeiro pesadelo que se instalou na Bahia.

Mas não é só.

Nos últimos oito anos, a inaptidão, negligência e incompetência da administração petista para lidar com os problemas relacionados à Segurança Pública, descumprindo norma constitucional, hipertrofiou a Polícia Militar e esvaziou a atuação da Polícia Civil.

O resultado foi o desenfreado aumento índice de criminalidade, incapacidade de investigação e resposta à atuação criminosa.

A impunidade e a falta de informações oriundas de investigações fomentaram a criminalidade no Estado da Bahia.

A título de exemplo, hoje, o resultado da tragédia promovida pelo Governo do Estado atual é que **a Bahia abarca 4 (quatro) das 10 (dez) cidades mais violentas do país**: Simões Filho, Porto Seguro, Lauro de Freitas e Camaçari.

Salvador e Lauro de Freitas viraram área livre para a sanha de assaltos e arrastões em restaurantes, sendo claros indicadores do descaso e desrespeito ao cidadão.

Visando dar uma resposta imediata à sociedade, o futuro governo de João Roma implantará ações de curto prazo para diminuir a criminalidade e, em médio prazo, ações estruturantes, que terão o condão de preparar a nova segurança para inibir e barrar permanentemente o avanço de atuações criminosas.

### **AÇÕES DE CURTO PRAZO – 6 MESES**

#### **1.Retomada dos territórios ocupados por facções criminosas**

O primeiro grande passo que será dado pelo governo de João Roma na área da Segurança Pública é a retomada, na Região Metropolitana de Salvador, de territórios ocupados por facções criminosas.

Já é certo a ocupação dessas facções instaladas na Região Metropolitana, que se digladiam diuturnamente para controlar e expandir suas áreas de influência.

A consequência inexorável desse fenômeno é a elevação do número de homicídios, propagando pânico aos cidadãos, forçando o fechamento de comércios e cooptando jovens para o crime.

A Polícia detém a inteligência necessária para identificar as lideranças desses grupos criminosos, tirá-los de circulação e se antecipar às ações planejadas pelos bandidos. **O Estado precisa e vai se fazer presente nesses locais!**

## **2.Segregação de líderes de facções**

O segundo grande passo para a consolidação do controle da RMS será a **segregação de líderes de facções**, enviando-os para presídios de segurança máxima, garantindo que, dentro dos presídios, esses líderes não tenham qualquer condição de ordenar ações criminosas.

## **3.Reconstrução da Polícia Civil**

O Governo JOÃO ROMA atuará na reconstrução da Polícia Civil com os seguintes projetos:

**1.Implantação de Unidades Regionais de Resposta Imediata**, com equipes em motocicletas, aptas a chegar aos locais dos crimes em um tempo menor do que as viaturas.

**2. Criação de Força-Tarefa para combate ao Narcotráfico, assalto a bancos e entrada de armas ilegais.** Essa ação será efetuada em conjunto

com as polícias de outros estados, PF e PRF. Todas as forças de inteligência somadas serão capazes de diminuir drasticamente as ações criminosas dessas modalidades.

**3. Integração das polícias** civil e militar com utilização de inteligência de ponta visando a eficácia do sistema.

### **AÇÕES DE MÉDIO PRAZO – EM ATÉ 2 ANOS**

#### **1. Combate ao crime Organizado - Pacto Nacional pela Segurança Pública**

A Secretaria de Segurança Pública (SSP) investirá fortemente em inteligência, com a implementação de tecnologias que sejam eficazes no trabalho de prevenção.

Para isso, é imperiosa a adoção de um pacto nacional, tendo em vista que o crime organizado é de âmbito nacional, o que facilita que crimes sejam planejados em um estado e executados em outro.

É fundamental para o sucesso no combate ao crime organizado que todas as polícias disponham da mesma inteligência e trabalhem em conjunto.

#### **OUTRAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

##### **1. Reestruturação da Polícia Militar**

**2. Integração das polícias com as guardas municipais e bombeiros militares.**

**3. Transferência do DETRAN para a Secretaria de Segurança Pública** importante instrumento de controle e apoio na fiscalização.



**4. Retomar a relação harmônica entre as polícias, o Ministério Público e o Judiciário**

**5. Redimensionamento do Sistema Prisional**

## **4. GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

O segundo foco deste programa de Governo será a **GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA** para a população baiana.

A Bahia apresenta péssimos indicadores socioeconômicos com um considerável contingente, sobretudo jovem, desempregado ou em subempregos, o que acarreta um gigantesco problema social.

O estado da Bahia é uma região de solo fértil para a geração de trabalho e renda para a população, com o potencial de crescimento da agricultura, indústria, infraestrutura, turismo e comércio.

A transformação deste cenário passa necessariamente pela combinação de qualificação de mão-de-obra e atração de novos investimentos para o estado.

A Bahia, em que pese a cristalina vocação para a agricultura, mineração, indústria e turismo, dispõe da pior infraestrutura dentre os principais estados produtores do Brasil, apresentando uma defasagem imensa em relação à sua relevância.

O estado tem péssimas estradas, malha ferroviária insignificante, portos mal aproveitados, déficit de energia elétrica, água e

saneamento, transferindo o interesse dos investidores para os estados vizinhos.

Os produtos baianos primários deveriam ser beneficiados e gerar valor agregado para o estado da Bahia. Entretanto, atualmente, são beneficiados e exportados através de outras regiões do Brasil. Com isso, a Bahia perde postos de trabalho e geração de renda.

O Governo de João Roma será o grande promotor da revolução no ambiente de negócios da Bahia e trabalhará de mãos dadas com o Governo Federal.

Serão realizadas parcerias com associações, sindicatos, entidades privadas e Sistema S, com a finalidade de criar as condições necessárias para a Bahia sair do vergonhoso estágio em que se encontra e assumir a posição de destaque que já teve em décadas passadas no cenário nacional.

## **5. INFRAESTRUTURA**

A Infraestrutura é um dos principais vetores do desenvolvimento de uma região.

A Bahia tem índices precários neste setor, o que é um contrassenso, se considerarmos a extensão territorial do estado, o número de habitantes, a localização geográfica e a produção econômica.

Nos últimos anos, lamentavelmente, o estado não consegue figurar entre os mais competitivos.

Rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos, energia, recursos hídricos, abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto não apresentam hoje, na Bahia, um nível minimamente satisfatório, o que repele grandes investimentos privados, causa fuga de capitais e empregos, aumenta e perpetua a situação de pobreza e subdesenvolvimento do Estado.

A Bahia possui ativos que, bem geridos, propiciarão um cenário promissor na atração de investimentos, com rodovias federais estruturantes, duas ferrovias, portos com características físicas e geográficas privilegiadas e a liderança em geração de energia renovável no país. A Bahia ocupará lugar de destaque no panorama industrial e logístico do país.

O Governo de João Roma, de mãos dadas com o Brasil, por meio da nova **Secretaria de Infraestrutura**, implantará um plano de construção, ampliação e modernização da infraestrutura baiana.

### **1. Intermodal**

A falta de um transporte intermodal adequado faz com que a Bahia deixe de exportar mais de 50% da riqueza produzida no estado.

Frutas, minério e grãos são escoados por portos de outros estados e essa fuga de capital faz com que oportunidade de trabalho e rendas sejam gerados no Ceará, Sergipe, Rio Grande do Norte, São Paulo, por exemplo, em detrimento da Bahia, estado que possui as riquezas.

## **2. Rodovias**

A Bahia possui aproximadamente 10 mil km de estradas federais (BR), sendo 38,8% entre bom e ótimo estado e 18,1% entre ruim e péssimo.

As avaliações das rodovias estaduais mostram que apenas 2,4% são ótimas e 31,1% dos mais de 19 mil km são ruins ou péssimas. Esse cenário ruim contribui para o alto CUSTO BAHIA e estima-se que os motoristas gastam desnecessariamente quase 80 milhões de litros de combustível por ano.

O governo estabelecerá as seguintes metas:

- Atingir 25% de sua malha estadual com avaliação ótima
- Zero trecho em estado ruim ou péssimo
- Duplicação entre Vitória da Conquista e Itabuna, passando por Itambé e Itapetinga (240 km)
- Construção da estrada Xique-Xique a Sento Sé
- Construção da BA 351 Santa Rita de Cassia-Mansidão-Buritirama-Estreito
- Construção da BA 225 de Coaceral para Formosa do Rio Preto

- Construção da BA 001 desde Porto Seguro até a fronteira com o Espírito Santo

O governo da Bahia atuará ativamente junto ao Governo Federal nas seguintes ações:

Duplicação de 1.000km:

- BR 324 – Até Capim Grosso – 138 km
- BR 101 – Itabuna – Eunápolis – 214 km
- BR 101 – BR 324 – Santo Antônio de Jesus – 90 km
- BR 116 – Vitória da Conquista – Jequié – 155 km
- BR 116 – Santa Bárbara – Tucano – 115 km
- BR 242 – BR 116 até Itaberaba – 87 km
- BR 407 – Capim Grosso a Senhor do Bonfim – 102km
- BR 020 - Luís Eduardo Magalhães a Barreiras – 89km

Além de tudo, serão construídas terceiras faixas na BR 242 até Barreiras, estudo e preparação da concessão da BR 242 e terceira pista da BR 324 de Salvador a Feira de Santana, nos dois sentidos.

### **3. Ferrovias**

#### ***Ferrovia Centro-Atlântico:***

A Ferrovia Centro Atlântico (FCA) é um dos projetos estruturantes da Bahia que se tornará uma realidade.

Apesar de já estar concessionada para um operador privado, quase nenhum investimento foi feito e os trechos em operação não oferecem qualquer competitividade comercial.

Os investimentos previstos no acordo de concessão não foram feitos e a Bahia sofre por não ter a ferrovia, que deveria ligar importantes cidades da Bahia, como Juazeiro, Senhor do Bonfim, Serrinha, Alagoinhas, Camaçari, Candeias e Salvador.

Com isso, haverá a possibilidade de escoamento, principalmente, da produção mineral do norte do estado e da produção de frutas da região de Juazeiro para serem exportadas pelos portos de Aratu e Salvador.

Nesse compasso, será viabilizado um segundo terminal de contêineres no porto de Salvador.

O outro trecho importante da FCA é o que liga os portos da Baía de Todos os Santos ao sudeste da Bahia e ao estado de Minas Gerais, regiões produtoras de minério, frutas e gado.

O Governo João Roma trabalhará junto ao Governo Federal para que o atual concessionário cumpra o contrato e faça os investimentos previstos.

### ***Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL)***

Depois de décadas de espera, a FIOL finalmente dá sinais de entrar literalmente nos trilhos.

O projeto, entretanto, precisa ser entendido como um eixo estruturante para o Brasil e não só para a Bahia, tendo o seu começo na interligação com a Ferrovia Norte Sul, prosseguindo pelos trechos 1, 2 e 3 da FIOL , passando por Barreiras, Caetité e terminando no Porto Sul, em Ilhéus.

Por esse modal escoarão os grãos de uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo, englobando o Oeste da Bahia, Goiás, Tocantins e Mato Grosso,

além da produção mineral do Sul-Sudeste da Bahia. Assim, ocorrerá a diminuição do custo de transporte e elevação do valor das commodities produzidas no Brasil e na Bahia, transformando-as nas mais competitivas do mundo.

A interconexão das ferrovias FCA e FIOLE incrementará a movimentação dos portos baianos em até 40 milhões de ton/ano.

#### **4. Hidrovia do São Francisco**

O desenvolvimento do corredor modal do São Francisco, de Muquém do São Francisco até Juazeiro, numa extensão de 600 km, viabilizará o transporte de insumos para a região produtiva e o escoamento da produção agrícola da Bahia para outros estados, em um modal com pouco impacto ambiental e baixos custos de implantação e de operação.

#### **5. Portos**

A Bahia perdeu importância na logística do Brasil nos últimos vinte anos.

De 2000 até 2020 a movimentação dos portos baianos cresceu 3,2% enquanto a do Nordeste cresceu 4,5% e o comércio exterior da Bahia cresceu 2,3% contra 2,9% do Nordeste.

Há forte concorrência dos portos de Pecém (CE) e Suape (PE). Sem sinal de recuperação, hoje a Bahia é o 9º estado em movimentação de contêineres, apesar das boas condições do porto de Salvador.

Com a concessão para a iniciativa privada dos terminais ATU 12 E ATU 18, em Aratu, bem como o terminal de Contêineres do Porto de Salvador, o

foco do Estado da Bahia passa ser o Porto Sul, de Ilhéus, concessionado à BAMIN, mas até agora com modestos investimentos.

O governo João Roma colocará, definitivamente, este porto em operação, sendo a porta de saída do minério de ferro produzido pelas mineradoras da região de Caetité, que ainda não operam na capacidade planejada.

No que tange ao outro Porto de Ilhéus, o governo atuará junto à CODEBA para, concedendo-o, conferir-lhe competitividade, tornando-o um vetor de desenvolvimento para a região sul da Bahia

## **6. Energia:**

A Bahia, com sua extensão territorial e condições naturais, é um estado fértil para a geração de energia de fontes renováveis. É líder nacional em energia eólica, responsável por 34% da geração do Brasil e por 30% da geração de energia solar do país.

A energia eólica já representa 73% de toda a energia gerada no estado e a solar representa 5%. Existem estudos para se implantar mais de 300 usinas eólicas e solares na Bahia.

Será impulsionado, com essa oferta, um ciclo de progresso agrícola e industrial, servindo, também, como fonte de energia para a geração de hidrogênio verde a baixo custo e ambientalmente favorável, posicionando a Bahia como o estado brasileiro mais atrativo para novos investimentos.

## **7. Abastecimento de água e Saneamento:**



O estado da Bahia tem uma dificuldade na gestão da água. Diversos entes públicos se confundem em suas missões e o resultado é um atendimento ruim e não abrangente.

O governo tratará de dividir as atribuições entre adução de água, que ficará a cargo da Companhia de Energia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB), responsável por levar água bruta (sem tratamento) desde a tomada d'água até a unidade de tratamento.

A partir deste ponto, a responsabilidade passará a ser da Embasa ou de alguma outra empresa pública ou privada, que fará o tratamento e a distribuição até o consumidor final.

A população baiana hoje, embora tenha indicadores mais elevados de serviços de água e esgoto do que a média do Nordeste, ainda está abaixo da média nacional.

O governo alçará os índices da Bahia à média nacional de atendimento de água, coleta de esgoto (geral e urbano) e tratamento de esgoto.

Será aprimorado o Plano de Esgotamento Sanitário da Região Metropolitana de Salvador, tema de relevância para o meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das populações dos 13 (treze) municípios da Região Metropolitana de Salvador: Camaçari, Candeias, Dias D'ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Pojuca, Mata de São João, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz.

O Governo fará a gestão para a concessão à iniciativa privada de parte do mercado atendido pela Embasa e reinvestirá o recurso obtido com a

outorga na ampliação do atendimento de água tratada, na coleta e no tratamento de esgoto.

Os grandes centros urbanos terão uma atenção especial na coleta e tratamento de esgoto, livrando os seus rios de captarem esgoto *in natura*, como ocorre em Vitória da Conquista, por exemplo.

## **8. Aproveitamento Hídrico**

### ***Canal do sertão baiano***

O Governo JOÃO ROMA realizará, em conjunto com a CODEVASF, o projeto do **Canal do Sertão Baiano** com a captação de água do rio São Francisco e sua interligação com o Perímetro de Irrigação Salitre (PIS).

O objetivo principal é ampliar a oferta de água ao sertão semiárido do Estado da Bahia, visando atenuar ou mitigar essa demanda histórica da região.

Trata-se de um empreendimento de caráter estruturante, com potencial para consolidar seus efeitos positivos numa região que tem na escassez de recursos hídricos, o entrave ao seu desenvolvimento.

O Perímetro Irrigado do Salitre e o Canal do Sertão Baiano beneficiarão mais de 40 municípios baianos. O início do canal está localizado no município de Juazeiro, norte da Bahia, e atravessa 12 municípios baianos: Juazeiro, Jaguarari, Senhor do Bonfim, Antônio Gonçalves, Filadélfia, Pindobaçu, Saúde, Caldeirão Grande, Caém, Jacobina, Quixabeira e São José do Jacuípe, num total de 297 km de extensão.

### **Canal da Redenção**

Outro importante programa estruturante de aproveitamento hídrico será a materialização do Projeto do Canal da Redenção, a montante do Canal do Sertão Baiano, com captação no Rio São Francisco, também em parceria com a CODEVASF.

Será construído um canal a céu aberto desde a tomada d'água, no Município de Xique-Xique até América Dourada, paralelo à BA 052, passando pelos municípios de Itaguaçu da Bahia, Central, Presidente Dutra, São Gabriel, Irecê e João Dourado, considerado o eixo central.

A partir deste canal, serão implantadas tomadas d'água e adutoras que levarão água também para os municípios da região de Irecê: Uibaí, Ibititá, Ibipeba, Gentio do Ouro, Cafarnaum, Jussara, Barra do Mendes, Barro Alto e Canarana.

Em sinergia com a Secretaria de Agricultura, haverá o aproveitamento otimizado dessa água na agropecuária, para o uso humano e industrial, beneficiando uma população de 400 mil pessoas e mais de 80 mil produtores.

Outros projetos de aproveitamento que serão implantados:

i. Barragem de Morrinhos.

ii. Perfuração de poços para aproveitamento dos Aquíferos de Tucano e Urucuia.

iii. Aproveitamento do Médio São Francisco, de Carinhanha à Barra, com a construção de pequenas adutoras de baixa vazão, na margem direita, para uso humano e agricultura irrigada.

iv. Aproveitamento hídrico do Rio de Contas

## **6. AGROPECUÁRIA**

O governo João Roma, mais que um incentivador da atividade rural, **será um parceiro de todos os produtores baianos.**

**A Bahia fará uma revolução de gestão no campo** e assumirá um papel de destaque no ranking nacional da agricultura.

O estado da Bahia tem enorme vocação agrícola e o campo tem importantíssima participação na economia do Estado.

A Bahia possui mais de 2,1 milhões de produtores rurais distribuídos por cerca de 762 mil propriedades, com um PIB agrícola de R\$ 72 bilhões, respondendo por 28% de toda a riqueza gerada na Bahia. Destaca-se o município de São Desidério, que ocupa o primeiro lugar no PIB da agricultura do Brasil.

O valor exportado de produção agropecuária da Bahia corresponde a quase 50% de tudo que o estado exporta, sendo os principais produtos a soja, o algodão, celulose, cacau e seus derivados.

Por um lado, existe a pujança de grandes fazendas no estado e nos perímetros irrigados às margens do São Francisco, com plantações a perder de vista, rebanho gordo, máquinas caríssimas de última geração, tecnologia de ponta e que funcionam como fábricas a céu aberto, gerando riqueza e trabalho.

Infelizmente, essa não é a realidade da maioria dos produtores baianos diretamente envolvidos no Agronegócio. A situação é de extrema precariedade, desde a subsistência ao total desamparo. Constata-se a ausência de títulos de terra, de água, a realização de práticas e maquinário obsoleto e nenhum assessoramento técnico e comercial.

As tristes cenas de mulheres com latas d'água na cabeça, casas de taipa, crianças analfabetas, malnutridas e fora da escola, que deveriam ter ficado em um passado distante, ainda são vistas em todo o território baiano.

O cultivo de mandioca ainda é uma das principais atividades agrícolas em 148 municípios do estado, denotando um processo claro de perpetuação da pobreza, pois não oferece um retorno financeiro tão vantajoso. Na atividade leiteira mais de 100 mil produtores produzem, por dia, menos de 30 litros de leite por propriedade. É muita gente produzindo muito pouco leite. Esses dois indicadores demonstram quão atrasada está a Bahia, governada por gestores que insistiram e ainda insistem em práticas antigas e que não geram mais resultado.

Essas práticas de gestão do século passado trazem um único resultado: a perpetuação da pobreza e do retrocesso.

Esse cenário mudará na gestão de João Roma.

Com as referências colhidas no Sul do Brasil e em São Paulo, o governo da Bahia viabilizará que, mesmo em uma pequena propriedade, o produtor conseguirá obter uma renda suficiente que lhe garanta qualidade de vida e dignidade.

A nova Secretaria de Agricultura assumirá o protagonismo desta mudança.

No campo, o governo de João Roma romperá paradigmas, atuando em conjunto com produtores, sindicatos, associações, cooperativas, Sistema FAEB/SENAR, Embrapa, Instituto Nacional do Semiárido (INSA), entre outros.

Os produtos agropecuários da Bahia ganharão as prateleiras dos supermercados do Brasil e do mundo. O Governo do Estado trabalhará incansavelmente nesta meta.

**O Semiárido baiano, sobretudo o Sertão, será uma prioridade da administração de João Roma.** A fixação do homem no campo e a transformação dessa enorme região, composta por 283 municípios baianos, passará por uma atuação eficiente do Estado.

Será utilizada tecnologia moderna e realizados projetos estruturantes, como o Canal do Sertão Baiano, sendo possível aumentar a oferta de água que, associada à alta incidência solar, baixa umidade, solo fértil e mão de obra trabalhadora e acostumada às condições naturais, farão do semiárido um terreno de enormes oportunidades de geração de novos postos de trabalho, aumento de renda e melhoria de vida das 7,6 milhões de pessoas que vivem na região.

O Governo do Estado, através das Secretarias de Agricultura e Ciência e Tecnologia desenvolverá parcerias com países detentores de tecnologia de produção em lugares de condições similares.

O Semiárido será entendido e enxergado como parte da solução para a Economia da Bahia e não mais como um problema.

A Secretaria de Agricultura foi completamente sucateada nos dezesseis anos de gestão petista, com o corpo técnico preterido por indicações políticas, falta de concursos públicos, inadequada estrutura da ADAB e Bahia Pesca, extinção da EDAB, abandono das pesquisas, insegurança no campo, falta de conectividade e infraestrutura.

No governo de João Roma, o serviço de defesa sanitária da agropecuária baiana será reformulado com urgência para evitar que pragas e doenças cruzem as fronteiras do estado. Haverá constante e eficaz fiscalização para garantir que toda a produção agropecuária esteja em conformidade com as normas existentes no que tange às vacinas, uso de agrotóxicos, funcionamento de abatedouros, produção de leite e derivados e demais produtos agropecuários.

A Bahia sairá da condição de estado livre de febre aftosa com vacinação para a **condição estado livre de febre aftosa sem vacinação**. Esta mudança colocará nosso rebanho em condições de igualdade com outros estados do Brasil e criará um ambiente mais favorável para a exportação.

A nova Secretaria de Agricultura desempenhará, ainda, a função de promover todos os produtos agropecuários baianos no Brasil e no Exterior, prospectando compradores em todo o mundo e atuando em parceria com o Ministério de Agricultura, com a meta de ultrapassar os US\$ 5 bilhões (5 bilhões de dólares) em exportações.

Para as pequenas propriedades, a meta é garantir pelo menos 01 salário mínimo por adulto da família, retirando-os do patamar de pobreza. Essa meta contará com uma atuação presencial do Estado, prestando assistência total da porteira para dentro das propriedades rurais. As

mazelas vivenciadas pelo homem do campo serão desfeitas com o Governo do Estado trabalhando junto aos municípios e produtores, aumentando a produtividade, desenvolvendo culturas que tenham maior valor comercial, como frutas e hortaliças, agregando-lhes, ainda, valor com o processamento da produção.

A outra linha de atuação são as Propriedades de Escalas Industriais, médias e grandes. Para essas, haverá uma atuação específica do Governo, que focará na parte de fora das fazendas, provendo a infraestrutura necessária para que esses grandes e médios produtores rurais sejam mais competitivos no preço final de seus produtos e atinjam novos mercados consumidores.

O CUSTO BAHIA atual é cruel com os produtores, que sofrem com a insegurança hídrica, energia instável, estradas precárias, falta de ferrovias, portos pouco aproveitados e pouca oferta de armazéns.

O excelente trabalho que os produtores executam da porteira para dentro de suas propriedades acaba sendo frustrado pela inexistência de uma infraestrutura adequada. Esse cenário é resultado do desleixo e omissão do Governo do Estado nos últimos 16 anos no tratamento dado aos agricultores.

A Bahia é o estado brasileiro que tem as condições naturais mais favoráveis para a exportação em função da Baía de Todos os Santos, mas o cenário atual é uma fuga e exportação de grãos, frutas e carne para os portos do Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo.



O governo do Estado promoverá a sinergia entre as Secretarias de Agricultura e a Secretaria de Indústria e Comércio. Com esta integração, serão atraídos novos investimentos e incrementadas as empresas existentes que trabalhem na cadeia produtiva, seja de fabricação de máquinas e equipamentos industriais, de insumos ou de transformação, agregando valor à produção baiana.

Junto à Secretaria de Segurança Pública, trabalhará na prevenção e combate às invasões de terras, roubo de carga, gado, insumos e equipamentos.

Com a Secretaria de Ciência e Tecnologia, ocorrerá o intercâmbio de tecnologia e experiência com empresas e governos para desenvolvimento do Semiárido, além da implantação e melhoria de conectividade no campo, fazendo uso da tecnologia 5G.

### **Ações do Governo de João Roma**

**1. Reestruturação completa da Secretaria de Agricultura**, unificando-a com a atual Secretaria de Desenvolvimento Regional e seus órgãos (ADAB, Bahia Pesca, CDA e EBDA), valorizando o quadro de veterinários, agrônomos e técnicos, com foco no conhecimento da matéria e gestão profissional, na proteção agropecuária, no fomento das atividades, aumento da produção e diminuição da burocracia.

**2. Capacitação das pequenas propriedades**, fornecendo os títulos de propriedade, promovendo treinamento, consultorias jurídicas e comerciais, segurança no trabalho, incentivando o associativismo e financiamento de máquinas, para que todas elas gerem uma renda

mínima de 01 salário mínimo/adulto da família, em um ambiente sustentável.

3. **Valorização de escolas agrícolas**, com foco nas vocações das regiões onde se encontram.

4. **Investimento em Infraestrutura** de Transporte rodoviário, hidroviário, ferroviário e portuário para reduzir o **CUSTO BAHIA** e aumentar a competitividade da produção agropecuária do estado.

5. **Criação de Centros de Atendimentos aos Produtores Rurais**, propiciando as condições necessárias para que nenhum produtor precise sair de sua região para resolver problemas relacionados ao seu negócio.

6. **Política de Segurança e Gestão Hídrica** com a atualização do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) e valorização dos comitês de Bacias hidrográficas, definindo-se a melhor estratégia para o uso racional e consciente da água de rios e subterrâneas, da acumulação em açudes e barragens e da distribuição através de canais e adutoras.

7. **Gestão Única da Água** visando eficiência e agilização de licenciamento de poços e açudes.

8. **Concursos** para ADAB, Bahia Pesca e EDAB, repondo o quadro técnico.

9. **Promoção da Bahia à condição de estado livre da febre aftosa SEM VACINAÇÃO.**

## **7. INDÚSTRIA**

Nos últimos 16 anos, a Bahia vem amargando o desmonte de polos industriais criados entre os anos 70 e 90, a exemplo do Centro Industrial de Aratu, Polo Petroquímico de Camaçari, Polo de Informática de Ilhéus, Polo Calçadista e Indústria de Automóveis.

De acordo com o último Ranking de Competitividade dos Estados, divulgado em São Paulo pelo Centro de Liderança Pública, em parceria com a Tendências Consultoria Integrada e Economist Intelligence Unit, a Bahia ocupa a 18ª colocação, atrás de estados do Nordeste, como Ceará (12ª), Alagoas (13ª), Paraíba (14ª) e Pernambuco (15ª), indicando que a gestão de 16 anos do PT colocou a Bahia entre os piores estados do Brasil.

O ranking avalia as 27 unidades federativas a partir de 86 indicadores, distribuídos em dez pilares temáticos considerados fundamentais para a promoção da competitividade e melhoria da gestão pública dos estados brasileiros: Infraestrutura, Sustentabilidade Social, Segurança Pública, Educação, Solidez Fiscal, Eficiência da Máquina Pública, Capital Humano, Sustentabilidade Ambiental, Potencial de Mercado e Inovação.

Na Bahia, a Braskem fechou três de suas oito unidades. Grandes empresas internacionais como Dow, DuPont, Air Products e Taminco deixaram o polo ou reduziram bastante suas atividades no estado. Por falta de capacidade de gestão, perde-se ano após ano todo o dinamismo que a economia baiana vinha apresentando no início deste século.

O governo de João Roma atrairá investimentos que devolverão à Bahia a posição de destaque que merece no cenário nacional, com políticas

customizadas de atração fiscal e investimentos em infraestrutura de rodovias, ferrovias e portos, além de segurança pública e energia.

É preciso que todas as regiões da Bahia tenham atividades industriais compatíveis com suas particularidades, com criação de novos distritos industriais e fomento dos que já existem.

O setor de geração de energia de fontes renováveis – solar e eólica - será capaz de desencadear a instalação de plantas industriais de hidrogênio verde, tornando-se uma importante fonte de trabalho e renda para o semiárido.

De pequenas fábricas de transformação de produtos agropecuários à grandes instalações, como frigoríficos, laticínios e fábricas de ração, couro, passando por produção de sucos, chocolates, fumo e café, serão fomentadas em todo o estado, agregando valor aos produtos agropecuários baianos.

O ramo petroquímico, no recôncavo baiano, que é a segunda maior fonte de receita com exportação, será incrementado e incentivado a partir do investimento em infraestrutura, assim como a indústria de papel, celulose e derivados no Extremo Sul da Bahia.

O governo trabalhará para atrair uma grande indústria, para se instalar na antiga Ford, além de uma siderúrgica, para a Região Norte do estado, onde a atividade de extração de minério de ferro é intensa, beneficiando-se do futuro intermodal Ferrovia FCA e Porto de Aratu, além da oferta de energia e água.

## 8. TURISMO

A Bahia possui a maior costa marítima do país, com 1.100 quilômetros de praias, parques nacionais, história, Centros Históricos, Baía de Todos os Santos, além de uma cultura abrangente e atrativa, com as mais diversificadas manifestações na música, artes plásticas, gastronomia etc.

Apesar de todo esse cenário favorável, ao longo dos últimos 16 anos o governo da Bahia inviabilizou o funcionamento do setor de turismo do nosso estado, destruindo toda infraestrutura pré-existente em um dos setores que mais geram empregos no Brasil. A oferta de voos internacionais retraiu absurdamente e grandes hotéis faliram.

O turismo gera desenvolvimento econômico e social, postos de trabalho, renda e receitas públicas, além da promoção e diversidade cultural, preservação e conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico cultural.

Para alavancar essa área, o Governo JOÃO ROMA fará a reestruturação do atual modelo de gestão pública de turismo no estado, retomando a posição de destaque nacional, tornando-se cada vez mais dinâmico e atrativo.

Promover-se-á a **retomada dos investimentos**, adotando estratégias que possam recuperar o tempo perdido.

A gestão JOÃO ROMA trabalhará em diversas frentes para atrair maior número e tempo de permanência de turistas, aumentando o valor médio gasto durante a estadia. Para isto, a Secretaria de Turismo atuará em

diversas áreas, integradas aos setores públicos e privados para que o turista avalie positivamente, retorne e recomende a Bahia.

### **Qualificação de Mão de Obra:**

Para se atingir um satisfatório desenvolvimento turístico, é primordial que haja qualificação constante da mão de obra.

Parcerias com Sindicatos, Associações e SENAC serão fomentadas para uma excelente capacitação dos trabalhadores envolvidos com o turismo, como taxistas, motoristas de aplicativos, guias, artesãos, ambulantes, garçons, policiais, empregados de pousadas e hotéis.

Serão implantados **pontos de informação em lugares turísticos**, aeroportos e rodoviárias, com técnicos qualificados.

### **Facilitação do turismo**

O turista precisa se sentir seguro e confortável durante toda sua estada na Bahia.

Haverá a **criação de aplicativo e websites** com o maior número de informações e grande banco de dados sobre hotéis, pousadas e hostels, casas de câmbio, transportes, passeios, restaurantes, pontos turísticos, lojas e guias cadastrados pela Bahiatursa, através dos quais o turista possa fazer reservas e pagamentos prévios, evitando golpes e extorsões.

Um turista que venha do exterior para a Chapada Diamantina, por exemplo, terá a possibilidade de reservar e pagar o deslocamento, a hospedagem e o guia antes mesmo da sua viagem acontecer.

O aplicativo fornecerá também informações sobre os cuidados que deverão ser observados pelo turista e um ícone de ouvidoria, possibilitando a aferição dos resultados e coordenação de novas estratégias para a continuidade do fomento no turismo baiano.

### **Infraestrutura, serviços e segurança**

Para a Bahia se consolidar entre os principais destinos do turismo no Brasil, **investirá em obra públicas e incentivará investimentos privados**, além de prover a segurança pública adequada em todos os pontos e destinos turísticos do estado.

**Pontos turísticos como igrejas, fortes, museus e monumentos históricos serão revitalizados.** Haverá constante **manutenção dos equipamentos públicos**, como calçamentos, balaustradas, iluminação, limpeza, pintura de imóveis, fachadas e acessos.

Policiamento treinado, cordial e com conhecimento do turismo para fornecer informações também será um serviço primordial a ser prestado pelo estado, com a ligação interdisciplinar das respectivas áreas.

Novos empreendimentos hoteleiros, restaurantes e empresas de passeios precisam ser atraídos e, para isso, é necessário que haja facilitação de financiamentos através do Banco do Nordeste, BNDES e programas federais e estaduais de incentivo ao turismo.

### **Divulgação da Bahia**

De nada adianta um destino turístico ter beleza, ótima infraestrutura e serviços especializados se não for conhecido. O Governo JOÃO ROMA fará **grandes investimentos em marketing e divulgação de seu turismo** tanto

no Brasil como também nos países cujo turismo baiano é destino, como Argentina, Portugal, Espanha e Itália.

De anúncios em todos os veículos de comunicação à realização Feiras internacionais de Turismo, o Governo JOÃO ROMA **investirá na publicidade** para que a Bahia passe a ser conhecida e lembrada, tornando-se uma opção de destino.

O governo trabalhará, ainda, nas seguintes ações pontuais:

- Construção, em Salvador, de um **moderno Centro de Convenções**, que servirá também como sala de concertos e teatro, para recuperar o turismo de negócio e oferecer à população um moderno equipamento.
- **Atuação em parceria com os municípios** para uma melhor estruturação e sustentabilidade do turismo na Chapada Diamantina, Itacaré, Porto Seguro, Morro de São Paulo, Boipeba, Barra Grande, sem prejuízo de outros locais turísticos.
- Junto ao Governo Federal, **qualificará os aeroportos de Porto Seguro e Ilhéus e construirá um aeroporto adequado na Chapada Diamantina.**
- Atrairá para a Baía de Todos os Santos **competições nacionais e internacionais** de Vela e outros **esportes náuticos.**
- Transformará a Bahia no **principal destino de Golfe** do Brasil.
- Fortalecerá a **pesca oceânica em Alcobaça.**



## **9. CULTURA**

A cultura baiana é uma das mais ricas e importantes do Brasil, cuja relevância não advém apenas das suas belezas naturais e costumes difundidos mundo afora, mas também do seu papel histórico. Conserva um rico acervo de obras religiosas e arquitetônicas e é expoente das mais diversas manifestações culturais populares na música, na literatura, na gastronomia e nas artes.

O caráter de mito nacional alcançado pela cultura baiana traz ainda mais responsabilidade e necessidade de ações práticas do governo através de políticas culturais que regulamentem e democratizem o processo de criação, acesso e usufruto dos bens culturais, nas variadas possibilidades abertas através da composição da cultura enquanto mercadoria e mercado.

A prioridade será a expansão da política cultural atual, estruturando novas diretrizes para fomentar o desenvolvimento e profissionalismo das diversas manifestações populares. O estado será responsável por estreitar a cultura da ordem econômica garantindo formas para o progresso e valorização dos centros culturais.

O programa FAZCULTURA será revitalizado e funcionará para divulgar artistas em formação. Parcerias com empresas privadas e o Sesi serão incentivadas. O Estado continuará sendo um grande financiador da cultura, com investimento direto ou renúncia fiscal.

### **Parceria com Escolas**

O primeiro contato do cidadão com a cultura precisa ser feito nos primeiros anos do ensino fundamental. A iniciação à música, pintura, dança e artes será incentivada em todas as escolas da Bahia, em todos os municípios.

O governo do Estado, através das Secretarias de Cultura e de Educação, implantará um programa de atividades culturais, respeitando as limitações de cada município, incentivando-os sempre a buscar maneiras de oferecer opções e meios de integrar o aluno às atividades culturais.

### **Bibliotecas**

As bibliotecas da Bahia precisam ser modernizadas para atrair os estudantes, com computadores e internet gratuita. Os espaços não serão apenas um ambiente de leitura, mas também um ambiente multicultural, preparado para receber exposições, manifestações musicais, dança e teatro. Professores de qualquer disciplina cultural poderão alugar espaços nas bibliotecas e dar suas aulas com preços subsidiados pelo estado.

### **Cinema**

Profissionais baianos do cinema serão contratados pela Secretaria de Cultura para produzirem filmes e peças publicitárias para a Secretaria de Turismo utilizar na divulgação da Bahia no Brasil e no mundo, visando atrair turistas e gerar mais emprego e renda. A integração entre as secretarias será uma marca forte na Administração de João Roma.

Produtores de cinema serão convidados e incentivados a produzir seus filmes na Bahia. Regiões do estado com paisagens únicas e exuberantes serão apresentadas à indústria do cinema para que a Bahia se torne cenário cinematográfico. Produção cultural gera turismo, que gera renda.

**OSBA**

A Orquestra Sinfônica da Bahia – OSBA-, tão admirada pelos baianos e composta de músicos tão competentes precisa ser valorizada e reconhecida como um ambiente de produção cultural de alto nível. Hoje, a Orquestra tem um déficit de aproximadamente 30 músicos e o Governo João Roma realizará concursos para preencher estas vagas

Como já mencionado no programa do turismo do Governo João Roma, um novo centro de convenções será construído e, incorporado a ele, haverá uma moderna sala de concerto que será gerida pela OSBA, eliminando a dependência do Teatro Castro Alves, que é um espaço multiuso. A gestão desta sala de concerto será da própria OSBA, podendo gerar receitas com alugueis do espaço que serão revertidas para bancar as despesas da própria orquestra.

**IPAC**

Outro órgão ligado à Secretaria de Cultura é o IPAC - Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia – instituição com 52 anos de fundada e tão importante na preservação e proteção de bens culturais tangíveis e intangíveis baianos e na política pública do patrimônio cultural na Bahia.

A Bahia, em praticamente todas as regiões, possui um grande patrimônio histórico, arquitetônico e cultural, na forma de monumentos, casarões, igrejas, museus e, portanto, a IPAC terá um foco eminentemente técnico, com corpo competente de arquitetos, historiadores, geógrafos e artistas, com autonomia para manter viva a História da Bahia, importante atrativo na atração de turistas.

A democratização do Conselho Estadual de Cultura será imediatamente instalada no futuro governo, com a participação de todos os territórios do estado nos colégios setoriais e abrir a discussão do papel da TVE.

No governo João Roma, a Bahia estará de mãos dadas com o Brasil, recuperando, preservando e revitalizando o patrimônio cultural baiano na esfera nacional e internacional. Serão viabilizados e investidos em espaços culturais proporcionando infraestrutura que garanta o acesso à cultura por toda a população.

## **10.CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

O principal desafio na área de Ciência, Tecnologia e Inovação da Bahia é a reorganização do Sistema Estadual de CT&I.

A Bahia possui um histórico relevante na área de Ciência, Tecnologia e Inovação, com realizações desde a chegada da família imperial em 1808 e a criação da primeira Faculdade de Medicina no Brasil, com expoentes em áreas da saúde, engenharia, humanidade e artes.

Em tempos de Sociedade do Conhecimento, a função CT&I assume importância ainda mais estratégica para enfrentar as fragilidades econômicas e sociais.

Nos governos do PT, apesar do discurso de valorização, o que aconteceu foi uma desarticulação na área, com paralisia no financiamento e uso político da Fundação de Amparo à Pesquisa (FAPESB). A desorganização reinou nessa área em função da gestão espasmódica envolvendo troca de secretários, descumprimento de compromissos, redução da oferta de recursos e denúncias de malversação de recursos públicos.

É bom que se reforce a crescente falta de capacitação de mão de obra, ampliando-se a demanda por profissionais qualificados. Mesmo os pequenos produtores rurais, necessitam especializarem-se para lidar com máquinas modernas e computadores até para a mera interpretação de mapas georreferenciados.

Em 16 anos no poder, o governo do PT conseguiu fechar o Museu de Ciência e Tecnologia da Bahia (MCT), primeiro espaço interativo do gênero na América Latina. Fechado desde 2018, o museu está em ruínas e faz falta

tanto como equipamento educativo quanto de lazer. Em fevereiro deste ano, a Academia de Ciências da Bahia iniciou campanha que reivindica a revitalização do espaço, dando sinais da sua precarização.

Iniciativas isoladas não contribuem com a estruturação do Sistema. O fato é que a demanda por recursos humanos qualificados está presente em todos os segmentos econômicos.

De nada adianta o governo do estado ter lançado agora o Programa Bahia Competitiva se não vem realizando o dever de casa, com investimento básico na educação fundamental.

No Governo JOÃO ROMA o ensino da Ciência e Tecnologia estará presente desde os primeiros anos da educação fundamental já associado à pesquisa, com a adoção das melhores práticas já adotadas por outros estados da Federação que obtiveram êxito na superação das metas do IDEB.

As universidades estaduais e institutos de pesquisa estarão interligados com setores da economia, sejam eles agrários, industriais e de serviços, criando um ambiente onde a Ciência, Tecnologia e Inovação possa impulsionar o desenvolvimento sustentável e a competitividade econômica.

Conferir-se-á autonomia financeira à Fundação de Amparo à Pesquisa, instituição fundamental para o fortalecimento da base científica e tecnológica, com histórico de incentivo à inovação e ao empreendedorismo na Bahia. A instabilidade financeira tem prejudicado o seu desempenho. A Fundação chegou a ficar inadimplente com o Governo federal, perdendo a receita advinda dos recursos federais.

Para se perpetuarem com prosperidade e higidez, pequenos negócios e atividades de serviço necessitarão de pessoas capazes de lidar com um grande volume de dados para entender as características e segmentações de seus clientes. A sobrevivência econômica do estado depende de um incremento substancial da capacitação científico-tecnológica de sua população.

No Governo JOÃO ROMA, o Parque Tecnológico vai dizer a que veio. Serão atraídos empresas e empreendimentos que consolidarão o Parque como um verdadeiro centro de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Hoje a capital baiana é referência no Norte Nordeste na geração de startups, mas o estado da Bahia pouco vem fazendo para promover o desenvolvimento dessas empresas de tecnologia. Com o Parque Tecnológico em pleno funcionamento, **o governo João Roma vai triplicar o número de startups**, instalando-as em outras regiões do estado.

Em total sintonia com as novas tecnologias e avanço do setor, as universidades baianas serão convidadas a participar desse desenvolvimento, a partir de uma nova formulação da política pública para o ensino superior, envolvendo UNEB, UESB, UESC e UEFS, e a articulação com as demais instituições de CT&I federais, municipais e privadas.

#### **Propostas:**

1) **Construção participativa da Nova Política Estadual de CT&I:** serão remobilizados os atores do Sistema Estadual de CT&I, para que participem da elaboração de Política Estadual de CT&I, revisão da legislação e do

Conselho Estadual de CT&I. Será a oportunidade de identificar áreas estratégicas, projetos estruturantes e prioridades de ação.

2) **Reestruturação do financiamento da SECTI e da FAPESB.** A Fundação possui legislação que viabiliza seu financiamento, que foi reduzido artificialmente nas gestões petistas. É necessário alavancar os recursos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, dentro de nova lógica, sempre em parceria com outras áreas do governo estadual, com o governo federal, bancos de desenvolvimento, investidores e fundos de investimentos.

3) **Reforço da articulação de atores estratégicos.** A área de CT&I funciona em redes de cooperação e os entes devem trabalhar em conjunto para atingir melhores resultados. É assim nos ambientes mais inovadores do mundo. Redinimizaremos as relações entre governos, instituições de CT&I, empresas e ambientes de inovação, a exemplo de parques tecnológicos, hubs, ecossistemas locais de inovação, redes, incubadoras e aceleradoras.

4) **Projetos Estratégicos de CT&I.** Algumas áreas precisam ser fortalecidas como estratégia de desenvolvimento da Bahia. O potencial em energia e meio ambiente, no agronegócio e na área de saúde, por exemplo, encontrarão ressonância nas universidades, centros de pesquisa e na cooperação com as empresas. O Estado tem o papel indutor de áreas que potencializam desdobramentos estratégicos;

5) **Ambientes de Inovação da Bahia.** O Parque Tecnológico de Salvador é um projeto que tem grande potencial, mas que foi gerido com incompetência nos governos do PT. Será reorganizado o projeto do Parque e promovidas articulações com outras iniciativas de Ecossistemas Locais de Inovação, Centros Tecnológicos e de Pesquisa, Universidades e empresas



inovadoras. Os ambientes de inovação serão apoiados, como fábricas de empresas inovadoras, geradoras de oportunidades de trabalho intensivas em conhecimento, articuladas com as ações na área de educação.

**6) Ampliação da participação na área de CT&I.** A criatividade do baiano pode e deve estar a serviço da geração de riqueza. No Governo JOÃO ROMA, os jovens serão envolvidos diretamente na ciência, tecnologia e inovação. Agregar valor ao que se tem de diferenciado: cultura, arte, música, turismo, natureza, materiais, energia. Envolver a sociedade baiana em novas perspectivas de desenvolvimento econômico e social.

**7) Fortalecimento da Infraestrutura de CT&I.** A falta de financiamento adequado para a manutenção e ampliação da infraestrutura de pesquisa, provocou o sucateamento da base instalada, comprometendo o desenvolvimento de projetos e pesquisas. O fortalecimento da infraestrutura de pesquisa é fundamental para que os projetos possam ter bons resultados e será uma prioridade do governo.

## **11. GESTÃO E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS**

Estabelecer parcerias público privadas, amplamente conhecidas como PPP's, melhorando a qualidade dos serviços públicos oferecidos à população. Além disso, as PPPs apresentam vantagens como compartilhamento de risco, qualidade na prestação de serviços, capacidade de investimento, inovação, postos de trabalho, além de incentivar uma melhor qualidade e fiscalização da obra.

As PPPs envolvem, por um lado, a utilização de recursos privados para que o Estado atinja seus objetivos e, por outro, permite que o setor privado realize negócios em atividades cuja natureza sempre foi mais afeita, exclusivamente, ao setor público. O mecanismo catalisador da parceria é a garantia prestada pelo setor público ao setor privado sobre suas possibilidades de retorno.

As PPPs no Governo JOÃO ROMA serão uma realidade, otimizando a gestão, melhorando a qualidade dos serviços e ainda possibilitando o enxugamento do estado com a consequente redução de tributos.

## **12. SERVIÇOS**

O setor de Serviços engloba comércio, transporte, os transportes, seguradoras, serviços financeiros, além do Turismo. Contribui com mais de 70% do PIB do Estado e é presença destacada na composição do PIB ocorre tanto nas economias desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas.

O setor de Serviços emprega formalmente mais de 750 mil pessoas no estado da Bahia, o que representa pouco mais de 1/3 de todos os empregos formais do Estado, segundo informações do governo.

Embora detenha essa pujança, o setor não recebeu do governo atual o merecido tratamento durante a pandemia do Coronavírus, principalmente os pequenos comerciantes. Nenhum incentivo fiscal lhes foi dado.

O Governo JOÃO ROMA desonerará diversos ramos do setor do comércio, gerando mais oportunidade de novos postos de trabalho. O estado, na gestão de João Roma, não terá a sanha arrecadadora que se verifica atualmente e que é replicada na prefeitura de Salvador.

A Bahia será parceira do empregador, com atenção especial às micro e pequenas empresas, facilitando o acesso delas a realizar negócios com o próprio estado.

A desburocratização para abertura, manutenção e fechamento de empresas é um compromisso do futuro governo, assim como a simplificação das obrigações das empresas.

Na construção civil, a Bahia, em parceria com o Governo Federal, já no primeiro ano, transformar-se-á em um imenso canteiro de obras (ver

capítulo de infraestrutura), com a geração de mais de 200 mil empregos, na capital e do interior.

O governo de João Roma, com a intensificação da segurança pública, restabelecerá o ambiente seguro para os negócios voltarem a acontecer na Bahia. Comércio não mais fecharão por perda de clientes que não são capazes de suportar as consequências da leniência com a criminalidade.

Em parceria com entidades privadas e o SENAC, serão implementados programas de qualificação voltados aos públicos específicos de maior dificuldade: jovens em busca do primeiro emprego, pessoas com pouca instrução e treinamento/reciclagem de trabalhadores com mais de 55 anos, que estão em número cada vez maiores com o envelhecimento da população, na capital e no interior.

### **13. PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA**

#### **Auxílio Bahia**

Os programas de renda mínima evoluíram com a integração das ações, o aperfeiçoamento do acompanhamento e novas regras para a manutenção, envolvendo o incentivo ao trabalho formal. O Programa Auxílio Brasil, do Governo Federal, apresenta resultados positivos, garantindo condições importantes de subsistência digna para as famílias mais carentes.

Será criado um programa estadual chamado Auxílio Bahia, que será complementar ao programa federal e vinculado. O Auxílio Bahia complementa as políticas públicas de assistência social, saúde, educação, emprego e renda. O novo programa social de transferência direta e indireta de renda é destinado às famílias baianas em situação de pobreza e de extrema pobreza. O objetivo é incrementar a renda básica dessas famílias e estimular a emancipação dessas famílias para que alcancem autonomia e superem situações de vulnerabilidade social.

A coordenação da ação será da Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social – SJDHDS, responsável por gerenciar os benefícios do programa e o envio de recursos para pagamento. O valor inicial será definido após análise do orçamento e recursos e será pago às mulheres das famílias, reforçando a importância das mães e avós no sustento das casas.

O benefício só poderá ser utilizado em estabelecimentos que emitem Nota Fiscal havendo, portanto, recolhimento de impostos para o governo, e estará condicionado à frequência escolar das crianças.